

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2T15**

**SENHORES ACIONISTAS**

A Administração do Banco Pan S.A. (“Pan”, “Banco” ou “Companhia”) e suas subsidiárias submetem à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes informações trimestrais relativos ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2015, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações trimestrais apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”), pela Comissão de Valores Mobiliários e demais normas estatutárias.

**ACORDOS OPERACIONAIS E COMERCIAIS**

Desde 2011, por ocasião da entrada do Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) no bloco de controle do Pan, foram firmados Acordos de Cooperação Operacional e Comercial de forma a reiterar o compromisso de parceria estratégica entre os acionistas controladores e a Companhia. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez do Pan, destacam-se: (i) o comprometimento da Caixa Econômica Federal (“Caixa”) em adquirir créditos da Companhia sem coobrigação, sempre que esta desejar cedê-los; e (ii) o reforço de tendência predominante entre os depósitos interbancários ou operações similares realizados com ambos os acionistas controladores, BTG Pactual e Caixa. Estes são contratos de longo prazo, com previsão de atualização e conferem ao Banco alternativas de *fundng* com custo competitivo.

Adicionalmente, desde 2012, o Pan mantém acordo de cooperação mútua junto à Caixa para a estruturação, distribuição e comercialização de produtos e serviços, incluindo a elaboração e implementação conjunta de planos de desenvolvimento de produtos e serviços das duas instituições. Seus objetivos são criar sinergias e aproveitar oportunidades de ampliação dos portfólios de produtos, entre outras, tendo em vista a complementaridade dos parceiros.

Os diversos acordos operacionais e comerciais firmados desde a formação do atual bloco de controle do Pan, entre este e seus acionistas controladores, demonstram não apenas o forte e reiterado suporte que os controladores têm disponibilizado para a Companhia, como também a complementaridade e alinhamento de interesses entre os três.

**AMBIENTE ECONÔMICO**

Em relação à atividade econômica, a produção industrial de maio registrou alta de 0,6% em relação ao mês anterior, na série com ajuste sazonal, interrompendo a sequência de quedas mensais. Mesmo com esse resultado, a média móvel trimestral permaneceu negativa, como já observado há vários meses. O resultado mensal inverteu pontualmente a leitura de tendência predominante entre as principais atividades, como, por exemplo, o setor de mineração, que tem registrado taxas positivas e a produção manufatureira que apresenta resultados bastante negativos desde meados de 2014. Dentre as categorias de uso, a produção de bens de capital segue registrando as maiores quedas, apesar do resultado positivo neste mês.

Já os dados de vendas do varejo ampliado recuaram 1,8% na comparação com o mês anterior e 10,4% em relação a maio de 2014, seguido pela leitura também negativa do varejo restrito, que exclui automóveis e materiais de construção, e recuou 0,9% em relação ao mês anterior e 4,5% na comparação com maio de 2014. A leitura setorial apontou queda mensal na venda de importantes segmentos, como: (i) veículos, com queda de 4,6%; (ii) materiais de construção, com recuo de 3,8%; (iii) móveis e eletrodomésticos, que recuaram 2,1%, atingindo a quarta contração mensal consecutiva e (iv) supermercados, com queda de 1,1%.

Com relação ao setor externo, a balança comercial, que tinha registrado déficit de US\$ 6 bilhões nos primeiros dois meses de 2015, em geral um período sazonalmente desfavorável, mostrou uma recuperação incipiente no bimestre seguinte ao registrar um superávit de US\$ 0,5 bilhão. Apenas em maio foi possível identificar uma clara mudança na dinâmica da balança comercial, período sazonalmente favorável, cujo resultado ajudou a impulsionar o superávit em US\$ 2,8 bilhões. Em junho, os dados apontaram outro sólido excedente de US\$ 4,5 bilhões. Todavia, importa destacar que a melhoria do saldo tem sido bastante influenciada pela queda mais acentuada das importações, que recuaram 20,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, ante as exportações que recuaram 8,7% no período.

No que se refere à inflação, o IPCA de junho registrou alta de 0,79% em relação ao mês anterior, patamar bastante elevado para o período e 0,4% acima do observado em junho do ano passado. Dessa forma, a inflação acumulada em 12 meses manteve-se firme em sua tendência ascendente, atingindo variação anual de 8,9%, contra a variação de 8,5% em maio. Ainda que em junho a inflação tenha sido fortemente influenciada por alguns aumentos isolados, é importante notar que o índice de difusão, que é o percentual dos preços que registram altas, segue em patamar historicamente elevado, em aproximadamente 70%.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego apurada pela PNAED Continua subiu para 8,1% no trimestre encerrado em maio, acima dos 8,0% registrados em abril e, o mais importante, 1,2 p.p. superior à taxa observada no trimestre encerrado em maio de 2014. Com isso, o mês de maio registrou o sexto mês consecutivo em que a média móvel de três meses da taxa de desemprego ultrapassou o valor correspondente ao registrado no ano anterior. Em relação à dinâmica da renda, o rendimento médio real caiu 0,4% na comparação anual, mas a redução da renda média foi compensada pelo aumento do emprego, o que implicou na estabilidade da massa salarial real. De forma sintética, os dados de emprego em âmbito nacional confirmam o aprofundamento do processo de enfraquecimento do mercado de trabalho apontado pela pesquisa do IBGE restrita às regiões metropolitanas (PME) e os dados do Ministério do Trabalho sobre emprego formal (Caged).

Em relação ao mercado de crédito, as concessões registradas em maio seguiram trajetória de desaceleração, com aumento de 10,1% em relação ao volume de concessões registradas em maio de 2014 frente à variação anual de 10,4% registrada em abril. Em termos reais, as operações de crédito tiveram a menor expansão desde 2007 (início da nova série histórica), registrando aumento de apenas 1,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, reforçando a leitura de gradual moderação. O resultado reflete o crescimento ainda forte da carteira de crédito com recursos direcionados e a continuidade da queda do volume de crédito com recursos livres. Com relação às taxas praticadas, a taxa média de juros do crédito livre para pessoas físicas e jurídicas subiu pelo quinto mês consecutivo, em linha com a direção da política monetária. Considerando as modalidades de recursos livres e direcionados, a inadimplência das pessoas físicas registrou elevação de 0,1 p.p. na comparação mensal, atingindo 3,8%, enquanto a inadimplência das pessoas jurídicas manteve-se estável com relação a abril, em 2,3%. A continuidade de elevados níveis de incerteza em torno das perspectivas de crescimento, agravada por renovados e negativos níveis de confiança de consumidores e empresários, além do próprio movimento observado no mercado de trabalho, continuam influenciando a moderação dos níveis de concessão de crédito.

Sobre a situação fiscal, o resultado primário consolidado do setor público em maio registrou déficit de R\$ 6,9 bilhões, influenciado pelo resultado negativo de R\$ 8,9 bilhões do Governo Central (Tesouro Nacional, INSS e Banco Central), parcialmente compensado por mais um resultado positivo, de R\$ 2 bilhões, atribuído aos Estados e Municípios. Já as Empresas Estatais, registraram pequeno déficit de R\$ 72 milhões. Com o segundo déficit primário do Governo Central no ano, o resultado fiscal caiu para R\$ 25,6 bilhões de janeiro a maio ante R\$ 32,5 bilhões no acumulado até abril, totalizando o equivalente a apenas 38,5% da meta fiscal para o ano.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

Mesmo diante de um contexto de retração da atividade econômica e juros mais altos, o Pan manteve sua trajetória de crescimento na originação de ativos de crédito para o varejo, que atingiu média mensal de R\$ 1.382,7 milhões no 2º trimestre de 2015, valor 4,6% superior à média mensal de R\$ 1.321,4 milhões do 1º trimestre de 2015 e 54,8% superior aos R\$ 893,4 milhões originados no 2º trimestre de 2014.

O saldo da Carteira de Crédito com Resultado Retido atingiu R\$ 18.203,7 milhões no final do 2º trimestre, com crescimento de 1,9% em relação aos R\$ 17.867,2 milhões ao final do 1º trimestre de 2015, mesmo tendo cedido R\$ 2.801,6 milhões no trimestre, e crescimento de 14,8% em relação aos R\$ 15.857,1 do mesmo trimestre de 2014.

A Carteira Total de Crédito, que inclui as carteiras de varejo e empresas, atingiu R\$ 18.228,6 ao final do 2º trimestre de 2015, valor 1,7% superior à carteira de R\$ 17.923,5 milhões ao final do 1º trimestre de 2015 e 13,2% superior ao saldo de R\$ 16.101,9 milhões de junho de 2014. Este valor inclui: (i) a Carteira de Créditos com Resultado Retido, de R\$ 18,2 bilhões e (ii) saldo residual de créditos cedidos com coobrigação anteriormente à Resolução 3.533/08 do Bacen, no montante de R\$ 25,0 milhões.

Em 30 de junho de 2015, o Pan possuía aplicações em títulos privados no valor de R\$ 3,1 milhões. Assim, a Carteira Total de Crédito Expandida, incluindo tais operações, atingiu o montante de R\$ 18.231,7 milhões no final do 2º trimestre do ano.

**Financiamento de Veículos**

Segundo o Banco Central do Brasil (“Bacen”), o saldo de crédito para aquisição de veículos (CDC PF) totalizou R\$ 175,7 bilhões em maio de 2015, registrando queda real de 6,0% nos últimos 3 meses e de 13,9% ante o mesmo período de 2014. A modalidade representa 22,3% do saldo de crédito livre destinado às famílias. Já a carteira de leasing, que representa 0,3% do saldo de crédito para as famílias, continua se retraindo e registrou queda real de 14,0% nos últimos 3 meses e de 56,1% no ano, totalizando R\$ 2,6 bilhões ao final de maio.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias nos financiamentos de veículos (CDC PF) encerrou o mês de maio em 3,9%, registrando recuo de 1,1 p.p. em relação a maio de 2014. Destaca-se que a máxima histórica do indicador foi alcançada em junho de 2012 (7,2%), tendo recuado gradativamente até atingir o patamar de 3,9% registrado em dezembro de 2014, se mantendo estável desde então.

As taxas de juros para aquisição de veículos cobradas das famílias atingiram 24,8% a.a. em maio, tendo se mantido estável nos últimos 3 meses, apesar do avanço de 1,8 p.p. sobre maio de 2014.

De acordo com a Fenabrave, foram vendidas 3,1 milhões de unidades de veículos leves (automóveis e comerciais leves novos e usados) no 2º trimestre de 2015, queda de 1,1% em relação ao mesmo período de 2014, com a comercialização de usados avançando 6,3% e as vendas de novos registrando queda de 22,6%. Na comparação com o trimestre anterior houve alta de 1,6% no mercado de veículos usados e queda de 9,3% no segmento de novos (dados com ajuste sazonal).

Já as vendas de veículos pesados (ônibus e caminhões) atingiram 117,0 mil unidades no 2º trimestre de 2015, registrando recuo de 13,5% em relação ao 2º trimestre do ano passado, com queda de 44,8% no segmento de novos e alta de 0,5% no mercado de usados. Na comparação com o trimestre passado, houve queda de 15,2% no mercado de pesados novos e alta de 3,5% no segmento de pesados usados, respectivamente (dados ajustados sazonalmente).

Ainda de acordo com a Fenabrave, as vendas de motos no 2º trimestre de 2015 totalizaram 1,0 milhão de unidades, incluindo novas e usadas, apresentando alta de 1,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, queda de 11,2% no segmento de motos novas e alta de 9,0% no mercado de usadas. Na comparação com o trimestre anterior, houve queda de 5,0% no mercado de motos novas e alta de 3,1% no segmento de motos usadas (dados ajustados sazonalmente).

O financiamento de veículos permanece como a principal carteira de crédito da Companhia. O Banco está ativamente presente em 9.764 concessionárias autorizadas e lojas multimarcas de veículos novos e usados, com alto grau de pulverização da originação de financiamentos, onde os 10 maiores grupos de concessionárias e revendedoras respondem por apenas 13,0% da originação total.

Apesar da retração do setor, no 2º trimestre de 2015, foram concedidos R\$ 1.901,6 milhões em novos financiamentos de veículos, valor 13,9% superior aos R\$ 1.669,7 milhões originados durante o 1º trimestre de 2015 e 22,2% superior aos R\$ 1.556,0 milhões originados durante o 2º trimestre de 2014.

A estratégia do Pan em veículos leves tem sido orientada pela busca de diversificação entre o segmento de automóveis novos e usados. Neste sentido, cabe destacar que no 2º trimestre de 2015 o financiamento de automóveis nas concessionárias respondeu por 47,9% do financiamento de veículos leves e 41,5% do financiamento total de veículos, percentuais comparados, respectivamente, aos 50,4% e 42,7% do trimestre anterior e aos 56,3% e 46,0% no 2º trimestre de 2014.

O financiamento de motos atingiu média mensal de R\$ 59,7 milhões no 2º trimestre de 2015, aumento de 4,4% em relação à média mensal de R\$ 57,2 milhões no trimestre anterior e 14,4% superior à média de R\$ 52,2 milhões registrada no 2º trimestre de 2014.

Já o segmento de veículos pesados apresentou produção média mensal de R\$ 24,8 milhões no 1º trimestre de 2015, retração de 9,6% frente à média de R\$ 27,5 milhões do 1º trimestre e 41,9% abaixo dos R\$ 42,7 milhões do 2º trimestre de 2014, acompanhando o movimento do mercado.

A administração do Pan trabalha constantemente no aprimoramento dos modelos de aprovação, sistemas e processos de crédito do Banco. Como fruto deste trabalho, vem sendo alcançada uma melhoria substancial da qualidade das carteiras originadas, como demonstram os indicadores antecedentes de qualidade das safras originadas desde o 2º semestre de 2011.

**Crédito Pessoal**

De acordo com o Bacen, o saldo de crédito pessoal total (consignado e não-consignado) totalizou R\$ 369,1 bilhões em maio de 2015, se mantendo estável nos últimos 3 meses, apesar da alta real de 1,4% na comparação anual. A modalidade representa 46,8% do saldo de crédito livre para as famílias.

A carteira de crédito consignado atingiu saldo de R\$ 263,8 bilhões em maio, se mantendo estável no comparativo trimestral, e registrando variação real de 3,4% com relação ao mesmo período de 2014. Dentre os três segmentos que compõe o crédito consignado, o estoque de crédito para beneficiários do INSS foi o que registrou maior expansão real anual (+7,3%), seguido por servidores públicos (+2,6%), enquanto o estoque para servidores privados registrou queda no período (4,6%). Destaca-se que os empréstimos para servidores públicos representam 61,2% do estoque de crédito consignado total.

Já o saldo de crédito pessoal não consignado atingiu R\$ 105,3 bilhões, registrando quedas reais de 0,2% nos últimos 3 meses e de 3,3% em relação a maio de 2014.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias da modalidade de crédito pessoal se manteve em 3,8% em maio, registrando recuos de 0,1 p.p nos últimos 3 meses e de 0,2 p.p. na comparação anual. No segmento não consignado, a taxa de atrasos registrou queda de 0,1 p.p. no período de três meses e alta de 0,3 p.p. no comparativo anual, atingindo 7,5% do estoque dessa modalidade de crédito. Já no segmento de crédito consignado, a taxa apresentou recuo de 0,1 p.p. nos últimos 3 meses e de 0,4 p.p. no ano, encerrando o mês de maio em 2,3%.

O Pan concedeu R\$ 1.995,3 milhões em novos créditos consignados para servidores públicos e beneficiários do INSS durante o 2º trimestre de 2015, em linha com os R\$ 2.031,4 milhões originados no 1º trimestre de 2015 e 136,0% superior aos R\$ 845,8 milhões originados no 2º trimestre do ano anterior, mostrando o novo patamar de originação desse segmento de crédito pelo Banco.

Os segmentos de crédito pessoal e crédito direto ao consumidor responderam pela concessão de R\$ 121,2 milhões em novos financiamentos durante o 2º trimestre de 2015, apresentando aumentos de 8,2% e 2,6% em relação ao 1º trimestre de 2015 e ao mesmo trimestre de 2014, respectivamente.

O Banco também atua na venda de consórcios e faturou um montante de R\$ 80 milhões no 2º trimestre de 2015, 31,1% superior ao último trimestre e 53,8% superior ao mesmo trimestre de 2014.

**Empresas**

De acordo com o Bacen, em maio de 2015 o saldo de crédito livre para empresas totalizou R\$ 794,0 bilhões, registrando quedas reais de 1,2% e 3,4% na comparação trimestral e anual, respectivamente. Dentre as modalidades de financiamento de empresas a carteira de capital de giro totalizou R\$ 388,0 bilhões, representando 48,9% do saldo de crédito livre na modalidade.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias representava 4,0% da carteira de crédito de empresas com recursos livres em maio de 2015, registrando aumento real de 0,5 p.p. nos últimos 3 meses e avanço de 0,6 p.p. em relação ao mesmo período de 2014.

Os atrasos no segmento de capital de giro avançaram 0,5 p.p. na comparação anual, atingindo o patamar de 4,4% em maio de 2015.

A carteira de crédito para empresas, atingiu o montante de R\$ 4.411,5 milhões, com crescimento de 5,3% em relação à carteira de R\$ 4.191,1 milhões registrados no final de março, e 20,5% superior ao saldo de R\$ 3.660,4 milhões ao final de junho de 2014.

Considerando o saldo de avais e fianças no valor de R\$ 54,7 milhões e as aplicações em títulos privados no valor de R\$ 3,1 milhões, a carteira de crédito expandida para empresas fechou o trimestre com saldo de R\$ 4.469,4 milhões, dentre os quais R\$ 315,1 milhões correspondiam a operações de ACC em dólares.

O banco mantém uma política de diversificação de riscos, apresentando, portanto, alta pulverização da carteira entre setores e grupos econômicos. Dessa forma, os 10 maiores clientes representavam apenas 2,7% do saldo total da carteira de crédito ao final do 2º trimestre de 2015.

**Crédito Imobiliário**

O saldo de crédito imobiliário PF (taxas livres + taxas reguladas) totalizou R\$ 465,1 bilhões em maio de 2015, registrando crescimento real de 1,7% nos últimos 3 meses e avanço de 14,7% no ano. Desse total, R\$ 403,5 bilhões correspondem a recursos com taxas reguladas, com crescimento real de 2,1% e 15,6% nos últimos 3 e 12 meses, respectivamente. O saldo de crédito imobiliário contratado a taxas de mercado atingiu R\$ 61,7 bilhões, registrando recuo de 0,8% em 3 meses e avanço de 9,5% no comparativo anual. A modalidade conta com uma das menores taxas de atrasos do segmento de financiamento para as famílias: a inadimplência acima de 90 dias atingiu 2,1% da carteira de crédito imobiliário em maio de 2015, aumento de 0,1 p.p. nos últimos 3 meses e em relação à inadimplência registrada no mesmo período de 2014.

O Pan originou R\$ 129,8 milhões em créditos imobiliários durante o 2º trimestre de 2015, dos quais: (i) R\$ 103,5 milhões se referem à concessão de financiamentos para pessoas físicas, sendo R\$ 62,0 milhões em operações de refinanciamento (Crédito Fácil) e R\$ 40,2 milhões para a aquisição de imóveis; e (ii) R\$ 26,2 milhões em créditos adquiridos pela Brazilian Securities Companhia de Securitização (“Brazilian Securities”) para securitização.

No trimestre, a originação de Crédito Fácil evoluiu de forma importante, e a queda no volume total dos créditos imobiliários, comparado ao volume do último trimestre, foi influenciada pelo produto de Aquisição de Imóveis refletindo o cenário atual.

A carteira de crédito imobiliário atingiu R\$ 840,2 milhões no final de junho deste ano, valor 2,2% superior ao saldo de R\$ 821,9 milhões apresentado em março e 30,4% maior do que o saldo de R\$ 644,4 milhões em junho de 2014.

**Cartões**

A base de cartões de crédito fechou o 2º trimestre do ano com 1,7 milhão de plásticos emitidos. O volume de transações atingiu o montante de R\$ 834,6 milhões, montante 8,4% superior ao volume do 1º trimestre de 2015 e 12,7% maior que o volume transacionado no mesmo trimestre de 2014.

**Seguros**

Em virtude da venda da Pan Seguros S.A. (“Pan Seguros”) e da Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda. (“Pan Corretora”) concluída em Dezembro de 2014, foi firmado um acordo operacional de distribuição, válido por 20 anos, por meio do qual a Pan Seguros utilizará o balcão do Pan na comercialização de seus produtos, e este será remunerado com uma receita de serviço.

Sendo assim, o Pan originou o montante de R\$ 44,0 milhões em prêmios de seguros durante o 2º trimestre de 2015, aumentos de 4,7% e 28,0% em relação ao 1º trimestre de 2015 e ao mesmo trimestre de 2014, respectivamente. Dentre os prêmios originados no 2º trimestre, observa-se: R\$ 30,5 milhões de seguro de proteção de crédito (Pan Protege), R\$ 4,3 milhões de seguro habitacional, R\$ 2,4 milhões de seguro de cartões e R\$ 6,7 milhões com outros seguros.

**Captação de Recursos**

Os recursos captados totalizaram R\$ 19,6 bilhões em junho de 2015, 2,6% acima do saldo de R\$ 19,1 bilhões apresentado em março e 8,4% acima do saldo de R\$ 18,1 bilhões no final do 2º trimestre de 2014. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos a prazo e interfinanceiros, representando R\$ 11,5 bilhões, ou 58,9% do total; (ii) as emissões de títulos no exterior, no valor de R\$ 2,6 bilhões, 13,5% do total; (iii) as letras de crédito imobiliário e do agronegócio, que representavam R\$ 2,5 bilhões, ou 12,8% do total; (iv) as letras financeiras equivalentes a R\$ 1,9 bilhão, ou 9,9% do total; (v) as captações vinculadas à cessão de créditos com retenção de riscos e benefícios realizadas após julho de 2014, de acordo com a Resolução 3.533/08 do Bacen, no valor de R\$ 596,7 milhões, representando 3,0% do total; e (vi) outras fontes de financiamento, que correspondiam a R\$ 377,7 milhões, equivalentes a 1,9% das captações.

De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Pan declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” em suas demonstrações financeiras.

**Custos e Despesas**

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa encerrou o trimestre em R\$ 273,5 milhões, enquanto que a recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$ 80,2 milhões. Assim, a despesa líquida de provisão para créditos de liquidação duvidosa do 2º trimestre de 2015 totalizou R\$ 193,3 milhões, se mantendo estável em 1,1% da carteira de crédito.

As despesas de pessoal e administrativas, incluindo as despesas com originação, totalizaram R\$ 447,4 milhões no 2º trimestre de 2015, comparadas aos R\$ 416,9 milhões no 1º trimestre de 2015 e aos R\$ 348,0 milhões no 2º trimestre de 2014. As variações apresentadas decorrem de uma série de fatores como, por exemplo: (i) novo patamar de originação de créditos, (ii) mudança de regra de contabilização das comissões de originação, (iii) acordos coletivos, (iv) internalização de equipe de originação de veículos e (v) intensificação de cobrança.

A adequação da estrutura de custos do Pan à sua capacidade de originação de receitas é analisada de forma contínua. Assim, a estrutura de custos do Banco está dimensionada conforme as atuais expectativas da administração para os futuros volumes e margens de operações de crédito. Caso o ambiente econômico e mercadológico interfira na evolução do nosso plano de negócios, medidas de ajuste de custos serão tomadas para garantir tal adequação.

**Lucro Líquido, Patrimônio e Alavancagem**

No 2º trimestre de 2015, o Pan apresentou lucro líquido consolidado de R\$ 3,6 milhões, frente ao prejuízo de R\$ 73,5 milhões registrado no 1º trimestre de 2015 e ao prejuízo de R\$ 70,4 milhões registrado no 2º trimestre de 2014. A despeito da nova regra de contabilização das despesas de comissão na originação de créditos, os resultados trimestrais citados são impactados pelo volume das sessões de carteiras de crédito sem coobrigação realizadas em cada período.

No 2º trimestre de 2015, as sessões de carteira sem coobrigação somaram R\$ 2.801,6 milhões. As participações de cada carteira (veículos, consignado e imobiliário) no volume cedido também impactaram a receita gerada e, consequentemente, a margem financeira líquida gerencial, que encerrou o 2º trimestre de 2015 em 16,0%, frente às margens de 11,1% e 11,1%, registradas no 1º trimestre de 2015 e 2º trimestre de 2014, respectivamente.

O Patrimônio Líquido Consolidado do Pan encerrou o mês de junho em R\$ 3.560,9 milhões, frente aos R\$ 3.558,6 milhões registrados em março e aos R\$ 2.156,9 milhões em junho de 2014.

O Índice de Basileia do Conglomerado Financeiro encerrou o trimestre em 16,5%, sendo 11,9% de Capital Principal, frente aos 16,8% registrados ao final de março e 11,5% em 31 de dezembro de 2014. O valor da Margem Operacional para o Conglomerado Prudencial no 2º trimestre foi de R\$ 1.047,7 milhões.

**AUDITORES INDEPENDENTES**

As Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras do Banco passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopersAuditores Independentes (“PwC”). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, o Pan não contratou neste trimestre e nem teve serviços prestados pela PwC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

**AGRADECIMENTOS**

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios do Pan, e aos nossos clientes, investidores e parceiros, que nos honram com seu reiterado apoio e confiança.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014**  
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado		PASSIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014			30/06/2015	30/06/2014		
<b>Circulante</b>		<b>9.822.879</b>	<b>8.464.956</b>	<b>10.542.275</b>	<b>9.699.758</b>	<b>Circulante</b>		<b>14.476.378</b>	<b>12.969.730</b>	<b>15.311.630</b>	<b>14.156.897</b>
Disponibilidades	5	59.118	45.596	66.942	53.810	Depósitos	16.a	9.814.778	9.865.285	9.813.934	9.732.014
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	1.479.877	944.677	1.282.426	925.317	Depósitos de vista		179.561	129.659	179.381	129.428
Aplicações no mercado aberto		1.205.762	806.998	1.205.762	806.998	Depósitos interfinanceiros		8.316.202	8.393.049	8.315.909	8.382.618
Aplicações em depósitos interfinanceiros		274.115	137.679	76.664	118.319	Depósitos a prazo		1.319.015	1.342.577	1.318.644	1.219.968
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	347.671	529.782	420.462	805.148	Captações no mercado aberto	16.b	266.201	296.597	266.153	296.597
Carteira própria	7.a	21.578	180.784	87.621	380.378	Carteira própria		135.134	296.597	135.086	296.597
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	135.155	297.293	141.903	326.941	Carteira de livre movimentação		131.067	-	131.067	-
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	167.897	15.573	167.897	23.360	Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	2.949.259	1.774.098	3.504.502	2.627.319
Vinculados a prestação de garantias		23.041	36.132	23.041	74.467	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		2.033.183	1.756.878	2.588.428	2.610.103
Outras aplicações		-	-	-	2	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		916.074	17.216	916.074	17.216
Relações interfinanceiras		72.152	53.900	72.152	53.900	Relações interfinanceiras		87.512	140.023	87.512	140.023
Pagamentos e recebimentos a liquidar		8.392	11.627	8.392	11.627	Recebimentos e pagamentos a liquidar		-	3.422	-	3.422
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central		3.034	2.774	3.034	2.774	Correspondentes no País	17	87.512	136.601	87.512	136.601
Correspondentes no País		60.726	39.499	60.726	39.499	Relações interdependências		8.797	2.033	8.797	2.033
Operações de crédito	8	6.298.146	5.098.668	6.922.442	5.820.144	Recursos em trânsito de terceiros		8.797	2.033	8.797	2.033
Operações de crédito - setor privado		6.800.199	5.609.475	7.524.481	6.412.008	Obrigações por empréstimos	18.a	-	110.442	102.005	169.780
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(502.053)	(510.807)	(602.039)	(591.864)	Empréstimos no País		-	110.442	-	101.930
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	13.115	50.727	Empréstimos no Exterior		-	-	-	75
Operações de arrendamento a receber		-	-	16.215	60.124	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	6.890	14.683	6.890	6.953
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.c	-	-	(2.104)	(9.375)	Outras obrigações		1.342.941	766.574	1.521.837	1.182.178
Outros créditos	9.a	1.356.255	1.632.834	1.457.425	1.756.242	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		16.791	8.729	17.087	8.880
Carteira de câmbio		359.208	387.895	359.208	387.895	Sociais e estatutárias		-	-	-	11
Renda a receber		-	-	258	73	Fiscais e previdenciárias	21.a	35.635	19.437	133.656	127.960
Negociação e intermediação de valores		4.585	1.866	5.649	2.930	Provisões técnicas de seguros e previdência	22.e	-	-	-	171.522
Prêmios de seguros a receber		-	-	-	14.740	Negociação e intermediação de valores		-	-	-	715
Recebíveis imobiliários	10	-	-	40.142	49.899	Dividas subordinadas	19	3.116	3.315	79.007	115.415
Títulos e créditos a receber	8 e 11	717.956	587.648	722.160	587.648	Dividas subordinadas	21.b	180.009	79.156	180.009	79.156
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(46.157)	(34.005)	(46.221)	(34.949)	Diversas	21.b	1.107.930	655.937	1.112.067	1.112.067
Diversos	11	320.853	689.430	376.229	748.006	Depósitos	16.a	6.577.655	5.798.075	7.199.385	6.363.803
Outros valores e bens		209.860	159.499	307.310	234.470	Depósitos interfinanceiros		1.986.533	1.699.379	1.894.232	1.579.259
Outros valores e bens	12.a	123.556	80.024	225.600	129.578	Depósitos a prazo		110.173	48.690	110.173	48.690
(Provisão para desvalorização)	12.a	(36.597)	(38.504)	(42.844)	(40.811)	Captações no mercado aberto	16.b	994.294	393.185	985.645	393.185
Despesas antecipadas	12.b	122.701	117.979	124.554	145.703	Carteira própria		568.219	213.701	559.570	213.701
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	6.a	<b>13.754.592</b>	<b>11.251.967</b>	<b>15.260.439</b>	<b>12.677.660</b>	Carteira de terceiros		426.075	179.484	426.075	179.484
Aplicação interfinanceira de liquidez		62.966	51.452	667	36.029	Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	1.129.752	1.965.501	1.408.909	2.249.120
Aplicações em depósitos interfinanceiros		62.966	51.452	667	36.029	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.129.752	1.329.776	1.708.909	1.613.395
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	1.375.514	694.631	1.678.926	950.413	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	18.a	-	635.725	-	635.725
Carteira própria	7.a	108.883	234.773	331.199	471.587	Obrigações por empréstimos		-	-	-	62.052
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	583.867	220.753	633.556	239.721	Empréstimos no País		-	-	-	62.052
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	117.400	117.648	507.880	117.648	Empréstimos no Exterior		-	-	-	100.000
Vinculados a prestação de garantias		172.364	121.457	206.291	121.457	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	107.018	55.886	107.018	55.886
Operações de crédito - setor privado	8	8.452.615	7.384.356	9.207.005	8.023.476	Instrumentos financeiros derivativos		107.018	55.886	107.018	55.886
Operações de crédito - setor privado		8.725.082	7.675.524	9.508.928	8.339.495	Outras obrigações	21.a	2.360.038	1.684.169	2.451.529	1.931.415
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(272.467)	(291.168)	(301.923)	(316.019)	Fiscais e previdenciárias		-	30.511	-	20.575
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	3.505	17.459	Negociação e intermediação de valores	22.e	-	-	-	715
Operações de arrendamento a receber		-	-	4.334	20.686	Provisões técnicas de seguros e previdência		-	-	-	26.239
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.c	-	-	(829)	(3.227)	Dividas subordinadas	19	1.695.521	1.226.521	1.695.521	1.226.521
Outros créditos		3.440.727	2.799.503	3.946.457	3.327.545	Diversas	21.b	664.517	427.137	664.517	427.137
Créditos específicos		-	-	866	2.040	Diversas		-	-	-	1.112.067
Recebíveis imobiliários	10	-	-	49.873	120.637	Depósitos		1.808	1.977	1.808	1.977
Títulos e créditos a receber	8 e 11	42.426	19.670	57.732	19.670	Participação de acionistas minoritários		-	-	-	19
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(32.101)	(526)	(32.204)	(526)	Patrimônio Líquido		3.560.906	2.156.882	3.560.906	2.156.882
Diversos	11	3.430.402	2.780.359	3.870.190	3.185.724	Capital social:	23	3.460.732	2.867.020	3.460.732	2.867.020
Outros valores e bens		422.770	322.025	423.879	322.738	De domiciliados no País		3.132.036	2.602.550	3.132.036	2.602.550
Despesas antecipadas	12.b	422.770	322.025	423.879	322.738	De domiciliados no Exterior		328.696	264.470	328.696	264.470
<b>Permanente</b>		<b>1.039.276</b>	<b>1.179.741</b>	<b>271.034</b>	<b>302.158</b>	Reserva de capital		195.208	-	195.208	-
Investimentos		972.152	1.112.079	3.472	1.193	Reserva de lucros		2.819	-	2.819	-
Participações em controladas	13.a	968.681	1.111.260	-	-	Ajustes de avaliação patrimonial		(27.934)	(15.279)	(27.934)	(15.279)
Outros investimentos	13.b	3.471	819	3.472	1.193	Prejuízos acumulados		(69.919)	(694.859)	(69.919)	(694.859)
Imobilizado de uso	14	31.787	35.045	53.639	63.652						
Imóveis de uso		50.106	73.262	80.519	108.618						
Outras imobilizações de uso		(18.319)	(38.217)	(26.880)	(47.496)						
(Depreciações acumuladas)		35.837	32.617	213.923	237.313						
Intangível	15.b	72.974	61.911	325.240	317.700						
Ativos intangíveis		(37.637)	(29.294)	(111.317)	(80.387)						
(Amortizações acumuladas)											
<b>Total do Ativo</b>		<b>24.616.747</b>	<b>20.896.664</b>	<b>26.073.748</b>	<b>22.679.576</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>24.616.747</b>	<b>20.896.664</b>	<b>26.073.748</b>	<b>22.679.576</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014**  
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo líquido por ação)

Nota explicativa	Banco		Consolidado	
	1º Semestre 2015	1º Semestre 2014	1º Semestre 2015	1º Semestre 2014
<b>Recursos de Intermediação Financeira</b>	<b>3.530.943</b>	<b>1.973.263</b>	<b>3.710.791</b>	<b>2.149.862</b>
Receitas de operações de crédito	8.g	3.033.185	1.982.398	2.133.257
Resultado de operações de arrendamento mercantil	8.g	-	1.982.398	(32.204)
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.d	161.722	81.430	183.418
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.c	254.296	(92.024)	260.467
Resultado de operação de câmbio	9.b	81.740	1.459	81.740
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>	<b>(2.095.277)</b>	<b>(1.220.428)</b>	<b>(2.226.570)</b>	<b>(1.301.453)</b>
Operações de captação no mercado	16.d	(1.624.089)	(758.835)	(1.682.611)
Operações de empréstimos e repasses	18.b	-	(15.594)	(18.669)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.c	(471.188)	(445.999)	(625.290)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>	<b>1.435.666</b>	<b>752.835</b>	<b>1.484.221</b>	<b>848.209</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>	<b>(1.499.814)</b>	<b>(986.706)</b>	<b>(1.567.588)</b>	<b>(1.068.613)</b>
Receitas de prestação de serviços	24	214.015	165.116	226.470
Resultado de equivalência patrimonial	13.a	(39.968)	9.935	-
Receita de prêmios ganhos de seguros	22.f	-	-	92.447
Despesas de sinistros retidos	22.g	-	-	(28.427)
Despesas de pessoal	25	(146.848)	(101.517)	(261.512)
Outras despesas administrativas	26	(904.807)	(629.482)	(832.074)
Despesas tributárias	27	(92.877)	(58.787)	(120.288)
Outras receitas operacionais	28.a	62.140	40.709	79.935
Outras despesas operacionais	28.b	(591.469)	(412.860)	(660.119)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>(64.148)</b>	<b>(233.871)</b>	<b>(83.367)</b>	<b>(220.405)</b>
<b>Resultado não Operacional</b>	<b>29</b>	<b>(24.284)</b>	<b>(28.241)</b>	<b>(26.365)</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	<b>(88.432)</b>	<b>(262.112)</b>	<b>(109.733)</b>	<b>(246.770)</b>
<b>Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>33.a</b>	<b>18.513</b>	<b>109.932</b>	<b>99.721</b>
Provisão para imposto de renda		7.710	(11.160)	19.246
Provisão para contribuição social		4.557	(7.202)	6.788
Ativo fiscal diferido		6.246	128.294	13.779
<b>Participação de Acionistas Minoritários</b>		-	-	1
<b>Prejuízo Líquido</b>	<b>(69.919)</b>	<b>(152.180)</b>	<b>(69.919)</b>	<b>(148.987)</b>

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

#### e) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedger*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02, cujos critérios estão descritos na respectiva nota.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como "hedger" de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de "hedger".

Em 31/10/2013, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.277/13, que estabelece requisitos mínimos e ajustes prudenciais a serem observados no apuração de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, vigente a partir de junho de 2015.

#### f) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação, em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

#### g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificadas na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificadas na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

#### h) Bens não de uso próprio:

São representados basicamente por bens reintegrados e recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

#### i) Despesas antecipadas:

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios. Este grupo é representado basicamente, por comissões pagas a correspondentes bancários e gastos na emissão de títulos no Exterior.

O Banco PAN, adotou a partir de 02/01/2015, os critérios de registro contábil das remunerações pagas aos correspondentes bancários, facultados nos termos da Circular do BACEN nº 3.693/13 com alterações posteriores trazidas pela Circular do BACEN nº 3.738/14, optando assim pela atribuição de 2/3 do valor dessas remunerações. No semestre encerrado em 30/06/2015, o valor lançado para despesa relativo a 1/3 das comissões no ato da origemação, foi de R\$ 67.437.

#### j) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo:

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos, variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

#### k) Investimentos:

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

#### l) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por imóveis, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

#### m) Intangível:

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/ formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ações pagas por rentabilidade futura de investimento e gastos com aquisição e desenvolvimentos lógicos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

#### n) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

#### o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou

ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

#### p) Depósitos e captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

#### q) Práticas contábeis específicas do segmento de seguros:

Conforme mencionado na Nota Explicativa 1, em 29/12/2014 o Banco PAN alienou a participação societária outrora detida na PAN Seguros e PAN Corretora, em função disso não apresentaremos nesta Demonstração Financeira as políticas contábeis do segmento de seguros, maiores detalhes sobre as práticas contábeis deste segmento estão divulgadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31/12/2014.

#### r) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações.

#### s) Passivos circulante e exigível a longo prazo:

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN.

#### t) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização.

- Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

#### u) Benefício residual em operações securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

#### v) Lucro por ação:

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações financeiras.

#### w) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativamente; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões técnicas de seguro; (v) provisões para perdas em bens não de uso; (vi) provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vii) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (viii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

#### x) Eventos subsequentes:

A referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:

i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base; e

ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

#### 4) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

##### a) Balanço Patrimonial Consolidado:

	Financeiro (1)	Consórcio (2)	Securitização (3)	Promotora de Vendas (4)	Seguros (5)	Outros (6)	Eliminações (7)	Total
<b>Ativo</b>								
Circulante	10.378.470	2.330	115.046	73.613	-	34.948	(62.132)	10.542.275
Realizável a longo prazo	14.812.530	36.836	177.415	175.296	-	146.882	(88.520)	15.260.439
Permanente	979.186	119	488	21.834	-	596.780	(1.327.373)	271.034
<b>Total em 30/06/2015</b>	<b>26.170.186</b>	<b>39.285</b>	<b>292.949</b>	<b>270.743</b>	<b>-</b>	<b>778.610</b>	<b>(1.478.025)</b>	<b>26.073.748</b>
<b>Total em 30/06/2014</b>	<b>22.652.870</b>	<b>40.860</b>	<b>392.768</b>	<b>259.265</b>	<b>441.534</b>	<b>695.770</b>	<b>(1.803.491)</b>	<b>22.679.576</b>
<b>Passivo</b>								
Circulante	15.280.426	9.248	27.730	30.426	-	2.029	(38.229)	15.311.630
Exigível a longo prazo	7.198.280	13.700	73.574	23.771	-	2.482	(112.422)	7.199.385
Resultado de exercícios futuros	1.808	-	-	-	-	-	-	1.808
Minoritários	19	-	-	-	-	-	-	19
Patrimônio líquido	3.689.653	16.337	191.645	216.546	-	774.099	(1.327.374)	3.560.906
<b>Total em 30/06/2015</b>	<b>26.170.186</b>	<b>39.285</b>	<b>292.949</b>	<b>270.743</b>	<b>-</b>	<b>729.610</b>	<b>(1.478.025)</b>	<b>26.073.748</b>
<b>Total em 30/06/2014</b>	<b>22.652.870</b>	<b>40.860</b>	<b>392.768</b>	<b>259.265</b>	<b>441.534</b>	<b>695.770</b>	<b>(1.803.491)</b>	<b>22.679.576</b>
<b>b) Demonstração do Resultado Consolidado:</b>								
<b>Demonstração do Resultado</b>								
- Receitas da intermediação financeira	3.639.653	1.013	121.321	23.662	-	8.042	(82.900)	3.710.791
- Despesas da intermediação financeira	(2.165.111)	-	(106.841)	-	-	-	45.382	(2.226.570)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>1.474.542</b>	<b>1.013</b>	<b>14.480</b>	<b>23.662</b>	<b>-</b>	<b>8.042</b>	<b>(37.518)</b>	<b>1.484.221</b>
- Outras receitas/despesas operacionais	(1.534.363)	(2.137)	(51.868)	(10.067)	-	(6.672)	37.518	(1.567.588)
- Resultado de equivalência patrimonial	(36.302)	-	-	-	-	(36.995)	73.297	-
- Resultado não operacional	(25.374)	-	(682)	(310)	-	-	-	(26.366)
- Provisão para IR e CSLL	31.337	376	12.977	(4.430)	-	(447)	-	39.813
- Minoritário	1	-	-	-	-	-	-	1
<b>Prejuízo em 30/06/2015</b>	<b>(90.159)</b>	<b>(748)</b>	<b>(25.093)</b>	<b>8.854</b>	<b>-</b>	<b>(36.072)</b>	<b>73.297</b>	<b>(69.919)</b>
<b>Prejuízo em 30/06/2014</b>	<b>(172.019)</b>	<b>29.243</b>	<b>(304)</b>	<b>20.856</b>	<b>800</b>	<b>(9.487)</b>	<b>(18.076)</b>	<b>(148.987)</b>
(1) Representado pelas empresas Banco Pan S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A., Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e BMSR II Participações;								
(2) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Segurança Ltda.;								
(3) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;								
(4) Representados pelas empresas Panserv Prestadora de Serviços Ltda. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.;								
(5) Representado pelas empresas Pan Seguros S.A. e Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda., alienadas em 29/12/2014;								
(6) Representados pelas empresas Pan Holding S.A. e Brazilian Finance & Real Estate S.A.; e								
(7) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.								

##### 5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Disponibilidades em moeda nacional	43.407	40.717	51.231	48.931
Disponibilidades em moeda estrangeira	15.711	4.879	15.711	4.879
<b>Total de disponibilidades (caixa)</b>	<b>59.118</b>	<b>45.596</b>	<b>66.942</b>	<b>53.810</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	938.497	806.998	938.497	806.998
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>997.615</b>	<b>852.594</b>	<b>1.005.439</b>	<b>860.808</b>

(1) Inclui as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

#### 6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

##### a) Composição e prazos:

Banco	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2015	30/06/2014
<b>Aplicações no Mercado Aberto:</b>							
<b>Posição bancada</b>							
• Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	-	-
• Letras do Tesouro Nacional - LTN	636.998	-	-	-	-	636.998	428.000
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.499	2.577	-	-	-	4.076	199.515
<b>Subtotal</b>	<b>638.497</b>	<b>2.577</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>641.074</b>	<b>627.515</b>
<b>Posição Financiada</b>							
• Letras do Tesouro Nacional - LTN	299.999	-	-	-	-	299.999	-
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	132.597	-	-	-	132.597	179.483
<b>Subtotal</b>	<b>299.999</b>	<b>132.597</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>432.596</b>	<b>179.483</b>
<b>Posição Vendida</b>							
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	132.092	-	-	-	132.092	-
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>132.092</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>132.092</b>	<b>-</b>
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>4.108</b>	<b>95.494</b>	<b>24.871</b>	<b>149.642</b>	<b>62.966</b>	<b>337.081</b>	<b>189.131</b>
<b>Total em 30/06/2015</b>	<b>942.604</b>	<b>362.760</b>	<b>24.871</b>	<b>149.642</b>	<b>62.966</b>	<b>1.542.843</b>	<b>-</b>
<b>Total em 30/06/2014</b>	<b>810.512</b>	<b>8.475</b>	<b>28.924</b>	<b>96.766</b>	<b>51.452</b>	<b>996.129</b>	<b>-</b>
<b>Consolidado</b>	<b>Até 30 dias</b>	<b>31 a 90 dias</b>	<b>91 a 180 dias</b>	<			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Em milhares de reais, exceto quando informado)

A seguir, demonstra-se os valores registrados em conta de ativo, passivo e compensação, segregados nas categorias indexador, faixas de vencimento, valores de referência e contábil, a receber e a pagar. Todas as posições detidas em "swap" são negociadas em balcão e os contratos futuros, na BM&FBOVESPA.

Instrumento/Posição:	Banco							Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil		
<b>Swap</b>									
<b>Posição ativa:</b>									
- Dólar (1)	1.806.572	-	131.510	18.155	18.232	405.902	573.799	541.103	32.696
- CDI	1.622.654	-	131.472	17.974	17.905	403.318	570.669	540.272	30.397
- Pré	36.975	-	27	158	194	-	379	402	(23)
- Libor	16.474	-	11	23	133	64	231	(38)	269
- Dólar (1)	6.041	-	-	-	-	-	-	-	-
- Libor	62.214	-	-	-	-	-	2.520	2.520	467
- CDI	62.214	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Posição passiva:</b>									
- CDI (1)	1.806.572	(519)	(128)	(1.336)	(2.926)	(2.520)	(7.429)	(5.450)	(1.979)
- Dólar	1.622.654	-	-	-	-	-	(201)	(279)	78
- Pré	36.975	(518)	(128)	-	(2.725)	-	(3.371)	(3.409)	38
- Libor	16.474	(1)	-	-	-	-	(1)	(4)	3
- Dólar	6.041	-	-	(1.336)	-	-	(1.336)	(1.291)	(45)
- CDI	62.214	-	-	-	-	-	-	-	-
- Libor	62.214	-	-	-	-	(2.520)	(2.520)	(467)	(2.053)
<b>Termo</b>									
<b>Compra a receber:</b>									
- NTN-B	104.498	-	-	-	-	-	104.498	104.682	(184)
<b>Termo</b>									
<b>Compra a pagar:</b>									
- NTN-B	104.498	-	-	-	-	-	(104.498)	(104.682)	184
<b>Termo de moedas</b>									
<b>Posição comprada</b>									
- Pré	13.153	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Posição vendida</b>									
- Dólar	13.153	(1.981)	-	-	-	-	(1.981)	(2.175)	194
<b>Contratos futuros</b>									
<b>Posição ativa:</b>									
- DD	6.968.358	4.584	-	-	-	-	4.584	4.584	-
- Dólar	648.828	2.942	-	-	-	-	2.942	2.942	-
- Pré	222.861	1.195	-	-	-	-	1.195	1.195	-
- DI1	6.096.669	447	-	-	-	-	447	447	-
<b>Posição passiva:</b>									
- DD	6.968.358	(3.116)	-	-	-	-	(3.116)	(3.116)	-
- Dólar	648.828	(258)	-	-	-	-	(258)	(258)	-
- Pré	222.861	(51)	-	-	-	-	(51)	(51)	-
- DI1	6.096.669	(2.807)	-	-	-	-	(2.807)	(2.807)	-
<b>Total a receber líquido</b>									
		(2.876)	(1.513)	6.825	15.306	403.382	565.857	534.946	30.911

Instrumento/Posição:	Banco							Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil		
<b>Swap</b>									
<b>Posição ativa:</b>									
- Dólar (1)	2.046.185	184	339	7.377	6.763	117.648	133.221	120.359	12.862
- CDI	1.493.275	-	28	5.872	6.326	117.648	129.874	116.504	13.370
- Pré	117.568	184	311	1.505	109	-	2.109	2.194	(85)
- Libor	39.664	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dólar (1)	110.505	-	-	-	1.017	-	1.017	1.629	(612)
- Libor	110.505	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dólar (1)	87.334	-	-	-	221	-	221	32	189
- Libor	87.334	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Posição passiva:</b>									
- CDI	2.046.185	(1.611)	(1.852)	(552)	(10.668)	(55.886)	(70.569)	(76.902)	6.333
- Dólar	1.493.275	(1.602)	(1.837)	(508)	(2.160)	(54.535)	(60.642)	(67.838)	7.196
- Pré	117.568	(9)	(15)	(44)	(120)	(156)	(344)	(204)	(140)
- Libor	39.664	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dólar (1)	110.505	-	-	-	(1.017)	-	(1.017)	(1.629)	612
- Libor	87.334	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dólar	87.334	-	-	-	(221)	-	(221)	(32)	(189)
<b>Contratos futuros</b>									
<b>Posição ativa:</b>									
- DD	1.891.003	1.866	-	-	-	-	1.866	1.866	-
- Dólar	729.950	489	-	-	-	-	489	489	-
- Pré	135.105	-	-	-	-	-	-	-	-
- DI1	1.025.948	1.377	-	-	-	-	1.377	1.377	-
<b>Posição passiva:</b>									
- DD	1.891.003	(3.315)	-	-	-	-	(3.315)	(3.315)	-
- Dólar	729.950	(3.090)	-	-	-	-	(3.090)	(3.090)	-
- Pré	135.105	(210)	-	-	-	-	(210)	(210)	-
- DI1	1.025.948	(15)	-	-	-	-	(15)	(15)	-
<b>Total a receber líquido</b>									
		(2.876)	(1.513)	6.825	15.306	61.762	61.203	42.008	19.195

Instrumento/Posição:	Banco							Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil		
<b>Swap</b>									
<b>Posição ativa:</b>									
- Dólar (1)	1.744.358	-	131.510	18.155	18.232	403.382	571.279	540.636	30.643
- CDI	1.622.654	-	131.472	17.974	17.905	403.318	570.669	540.272	30.397
- Pré	36.975	-	27	158	194	-	379	402	(23)
- Libor	16.474	-	11	23	133	64	231	(38)	269
- Dólar (1)	6.041	-	-	-	-	-	-	-	-
- Libor	62.214	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Posição passiva:</b>									
- CDI (1)	1.744.358	(519)	(128)	(1.336)	(2.926)	(2.520)	(7.429)	(5.450)	(1.979)
- Dólar	1.622.654	-	-	-	-	-	(201)	(279)	78
- Pré	36.975	(518)	(128)	-	(2.725)	-	(3.371)	(3.409)	38
- Libor	16.474	(1)	-	-	-	-	(1)	(4)	3
- Dólar	6.041	-	-	(1.336)	-	-	(1.336)	(1.291)	(45)
- Libor	62.214	-	-	-	-	(2.520)	(2.520)	(467)	(2.053)
<b>Termo</b>									
<b>Compra a receber:</b>									
- NTN-B	104.498	-	-	-	-	-	104.498	104.682	(184)
<b>Termo</b>									
<b>Compra a pagar:</b>									
- NTN-B	104.498	-	-	-	-	-	(104.498)	(104.682)	184
<b>Termo de moedas</b>									
<b>Posição comprada</b>									
- Pré	13.153	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Posição vendida</b>									
- Dólar	13.153	(1.981)	-	-	-	-	(1.981)	(2.175)	194
<b>Contratos futuros</b>									
<b>Posição ativa:</b>									
- DD	6.968.358	4.584	-	-	-	-	4.584	4.584	-
- Dólar	648.828	2.942	-	-	-	-	2.942	2.942	-
- Pré	222.861	1.195	-	-	-	-	1.195	1.195	-
- DI1	6.096.669	447	-	-	-	-	447	447	-
<b>Posição passiva:</b>									
- DD	6.968.358	(3.116)	-	-	-	-	(3.116)	(3.116)	-
- Dólar	648.828	(258)	-	-	-	-	(258)	(258)	-
- Pré	222.861	(51)	-	-	-	-	(51)	(51)	-
- DI1	6.096.669	(2.807)	-	-	-	-	(2.807)	(2.807)	-
<b>Total a receber líquido</b>									
		(2.876)	(1.513)	6.825	15.306	400.862	563.337	534.479	28.858

Instrumento/Posição:	Banco							Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil		
<b>Swap</b>									
<b>Posição ativa:</b>									
- Dólar (1)	1.901.720	184	339	12.241	10.596	117.648	141.008	127.388	13.620
- CDI	1.622.212	-	28	10.736	9.470	117.648	137.882	123.565	14.317
- Pré	42.005	184	311	1.505	109	-	2.109	2.194	(85)
- Libor	39.664	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dólar (1)	110.505	-	-	-	1.017	-	1.017	1.629	(612)
- Libor	87.334	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Posição passiva:</b>									
- CDI	1.901.720	(1.611)	(1.852)	(552)	(2.938)	(55.886)	(62.839)	(69.259)	6.420
- Dólar	1.622.212	(1.602)	(1.837)	(508)	(2.160)	(54.535)	(60.642)	(67.838)	7.196
- Pré	42.005	(9)	(15)	(44)	(120)	(156)	(344)	(204)	(140)
- Libor	39.664	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dólar (1)	110.505	-	-	-	(1.017)	-	(1.017)	(1.629)	612
- Libor	87.334	-	-	-	(221)	-	(221)	(32)	(189)
<b>Contratos futuros</b>									
<b>Posição ativa:</b>									
- DD	1.891.003	1.866	-	-	-	-	1.866	1.866	-
- Dólar	729.950	489	-	-	-	-	489	489	-
- Pré	135.105	-	-	-	-	-	-	-	-
- DI1	1.025.948	1.377	-	-	-	-	1.377	1.377	-
<b>Posição passiva:</b>									
- DD	1.891.003	(3.315)	-	-	-	-	(3.315)	(3.315)	-
- Dólar	729.950	(3.090)	-	-	-	-	(3.090)	(3.090)	-
- Pré	135.105	(210)	-	-	-</				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Em milhares de reais, exceto quando informado)

II. Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:

**Cessão após à Resolução CMN nº 3.533/08**  
As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios montam a R\$ 497.674, no Banco PAN e Consolidado, apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos. Para tais créditos foram assumidas obrigações no montante de R\$ 596.713.

**Cessão anterior à Resolução CMN nº 3.533/08**  
As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios montam a R\$ 24.971 (R\$ 244.835 em 30/06/2014), no Banco PAN e Consolidado, apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos.

O valor presente apurado pelas taxas de cessão de crédito monta a R\$ 25.626 (R\$ 258.226 em 30/06/2014), no Banco PAN e Consolidado, para as quais foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 5.372 (R\$ 52.909 em 30/06/2014), no Banco PAN e Consolidado, calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações não cedidas e registrada na rubrica "Outras obrigações diversas" (Nota 21b).

g) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Crédito direto ao consumidor	743.915	826.806	743.915	827.273
Lucros nas ccessões de crédito (Nota 8f)	891.411	368.417	895.838	391.507
Empréstimos em consignação	569.071	241.734	569.071	241.734
Financiamento à exportação	311.721	113.342	311.721	113.342
Cartão de crédito	197.322	173.360	197.322	173.360
Capital de giro	182.280	112.418	182.280	112.418
Recuperação de créditos baixados como prejuízos (1)	115.192	121.334	142.393	135.393
Crédito pessoal	14.855	18.225	14.855	18.225
Renegociações	2.881	2.158	2.881	2.158
Habitacionais	1.028	300	47.670	87.488
Direitos creditórios	292	1.806	292	1.806
Rendas de empreendimentos imobiliários	-	-	14.633	10.324
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	-	-	56.743	25.118
Arrendamento mercantil, líquido de despesas (2)	-	-	2.335	10.314
Outras	3.217	2.498	3.217	2.498
<b>Total</b>	<b>3.033.185</b>	<b>1.982.398</b>	<b>3.185.166</b>	<b>2.152.958</b>

(1) No consolidado, considera operações de crédito e arrendamento mercantil; e  
(2) Não inclui recuperação de créditos baixados para prejuízo.

9) CARTEIRA DE CÂMBIO

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
<b>a) Saldos patrimoniais:</b>				
<b>Banco e Consolidado</b>				
Ativo - Outros Créditos				
Câmbio comprado a liquidar			349.469	373.917
Rendas a receber			9.739	13.978
<b>Total do Ativo</b>			<b>359.208</b>	<b>387.895</b>
Passivo - Outras Obrigações				
Obrigações por compra de câmbio			305.334	383.069
Adiantamento sobre contratos de câmbio			(305.334)	(383.069)
<b>Total do Passivo</b>			<b>-</b>	<b>-</b>
<b>b) Resultado de operação de câmbio:</b>				
<b>Banco e Consolidado</b>				
Rendas de Financiamento à Exportação			339.377	136.860
Varição Cambial			(257.637)	(135.401)
<b>Total</b>			<b>81.740</b>	<b>1.459</b>

10) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Compreendem as carteiras de financiamentos imobiliários adquiridas pela Brazilian Securities, que poderão ser utilizadas como lastro para futuras emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

	Vencimento final	Indexador	Juros % ao ano	30/06/2015	30/06/2014
Tranches 95 e 96 (1)	08/09/2027	TR	8,65	6.742	8.681
Cédula de Crédito Imobiliário	30/12/2043	INCC/IGPM/TR e sem correção monetária	0 até 18,33	83.273	161.855
<b>Total</b>				<b>90.015</b>	<b>170.536</b>

(1) As referidas tranches foram securitizadas.

Qualidade do Crédito:

Os contratos dos recebíveis imobiliários têm cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto.

Os recebíveis imobiliários são considerados ativos de boa capacidade de pagamento, uma vez que estes são adquiridos quando apresentarem características, como: garantias, históricos de pagamento ou outros fatores que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

11) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Créditos tributários (Nota 33b)	2.527.949	2.579.369	2.902.958	2.923.989
Títulos e créditos a receber (1)	760.382	607.318	779.892	607.318
Impostos e Contribuições a Compensar	202.346	294.449	272.160	366.597
Valores a receber por cessão de créditos	699.243	317.240	699.243	317.240
Depósitos judiciais e fiscais	188.017	134.021	228.181	167.949
Valores a receber de sociedades ligadas	33.278	40.103	25.614	14.484
Valores a receber de empréstimos consignados (2)	24.569	21.690	24.569	21.690
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	7.415	4.283	8.264	5.059
Benefício Residual em Operações Securitizadas (3)	-	-	8.344	12.112
Adiantamentos e antecipações salariais	337	210	716	1.267
Outros	67.901	78.242	76.370	103.343
<b>Total</b>	<b>4.511.437</b>	<b>4.077.107</b>	<b>5.026.311</b>	<b>4.541.048</b>

(1) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos de crédito a receber com característica de concessão de crédito;  
(2) Refere-se basicamente a valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 30/06/2015 é R\$ 16.007 (R\$ 11.901 em 30/06/2014); e  
(3) Refere-se a operações oriundas da Brazilian Securities.

12) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio e outros:

	Valor Residual							
	Banco		Consolidado					
	Custo	Provisão para perdas	Custo	Provisão para perdas	30/06/2015	30/06/2014		
Veículos	46.588	(13.775)	32.813	14.519	47.509	(12.738)	34.771	15.605
Veículos em regime especial	26.268	(22.797)	3.471	4.861	30.494	(25.319)	5.175	4.370
Imóveis	50.494	(25)	50.469	21.700	147.391	(4.787)	142.604	68.352
<b>Total dos bens não de uso próprio</b>	<b>123.350</b>	<b>(36.597)</b>	<b>86.753</b>	<b>41.080</b>	<b>225.394</b>	<b>(42.844)</b>	<b>182.550</b>	<b>88.327</b>
Outros bens	206	-	206	440	206	-	206	440
<b>Total de outros valores e bens</b>	<b>123.556</b>	<b>(36.597)</b>	<b>86.959</b>	<b>41.520</b>	<b>225.600</b>	<b>(42.844)</b>	<b>182.756</b>	<b>88.767</b>

b) Despesas antecipadas:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Comissões pagas a correspondentes bancários	530.520	429.777	530.805	432.637
Gastos na emissão de títulos no Exterior	7.210	9.549	7.296	9.749
Despesas de comercialização da Seguradora	-	-	-	23.888
Outras	7.741	678	10.332	2.167
<b>Total</b>	<b>545.471</b>	<b>440.004</b>	<b>548.433</b>	<b>468.441</b>

13) INVESTIMENTOS

Empresas	Capital Social		Patrimônio Líquido Ajustado		Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)	Participação consolidada no capital social	Lucro Líquido/(Prejuízo) Ajustado	Saldo dos Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
	ON	PN	Cotas	30/06/2015				30/06/2014			
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014				30/06/2015	30/06/2014		
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. (1)(3)	141.521	64.078	11	-	-	99,970%	(3.824)	64.059	56.245	(3.823)	(7.729)
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (1)(3)(4)(7)	22.061	34.403	-	-	5,061	99,999%	516	34.403	10.370	516	(2.098)
Pan Holding S.A. (1)(3)(5)(8)(10)	950.543	774.099	151.656	31.431	-	100,000%	(36.071)	857.314	883.463	(36.071)	(9.482)
Panamericano Administradora de Consórcio (1)(3)(6)	12.388	16.337	-	-	11	78,999%	(747)	12.905	-	(747)	-
Pan Seguros S.A. (9)	-	-	-	-	-	-	-	151.456	-	-	25.260
Panamericano Adm. e Correlagem de Seguros e Previdência Privada Ltda. (7)(9)	-	-	-	-	-	-	-	-	9.726	-	3.984
<b>Total</b>								<b>968.681</b>	<b>1.111.260</b>	<b>(40.125)</b>	<b>9.935</b>

(1) Dados relativos a 30/06/2015;  
(2) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;  
(3) Empresas que tiveram suas demonstrações financeiras do semestre findo em 30/06/2015 revisadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN;  
(4) Em 31/01/2014, foi deliberado por reunião dos sócios, pagamento de dividendos no montante de R\$ 17.000;  
(5) O valor contábil inclui ágio na aquisição do investimento no montante de R\$ 82.485, líquido da amortização acumulada (Nota 15a);  
(6) Em 28/10/2014 o Banco PAN adquiriu a participação acionária anteriormente detida pela Pan Seguros S.A.;  
(7) Em 30/12/2014 foi aprovado aumento de Capital na Panserv Prestadora de Serviços Ltda., no montante de R\$ 17.000;  
(8) Em 30/12/2014 foi aprovado aumento de Capital da Ourinvest Real Estate Holding S.A., antiga denominação da Pan Holding S.A., no montante de R\$ 83.000;  
(9) Empresas alienadas em 29/12/2014; e  
(10) A partir de 26/06/2015, foi alterada a denominação social da Ourinvest Real Estate Holding S.A. para Pan Holding S.A..

b) Outros Investimentos:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Stone Pagamentos S.A.	3.092	416	3.092	416
Câmara Interbancária de Pagamentos	379	380	379	380
IRB Brasil Resseguros S.A.	-	-	-	304
Incentivos fiscais	-	-	-	69
Obras de arte	-	23	-	23
Outros	-	1	-	1
<b>Total</b>	<b>3.471</b>	<b>819</b>	<b>3.472</b>	<b>1.193</b>

14) IMOBILIZADO

a) Ativos Imobilizados:  
Imobilizado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Banco		Consolidado	
		Custo	Depreciação	30/06/2015	30/06/2014
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	27.432	(8.538)	18.894	22.442
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.842	(804)	1.038	1.164
Sistemas de processamento de dados	20%	20.483	(8.873)	11.610	11.313
Sistemas de transportes	20%	349	(104)	245	126
<b>Total em 30/06/2015</b>		<b>50.106</b>	<b>(18.319)</b>	<b>31.787</b>	<b>-</b>
<b>Total em 30/06/2014</b>		<b>73.262</b>	<b>(38.217)</b>	<b>35.045</b>	<b>-</b>
	Taxa anual	Banco		Consolidado	
		Custo	Depreciação	30/06/2015	30/06/2014
Imóveis de uso	-	-	-	2.157	-
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	57.696	(17.067)	40.629	47.792
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.846	(805)	1.041	1.720
Sistemas de processamento de dados	20%	20.627	(8.904)	11.723	11.684
Sistemas de transportes	20%	350	(104)	246	126
Outras imobilizações	-	-	-	-	173
<b>Total em 30/06/2015</b>		<b>80.519</b>	<b>(26.880)</b>	<b>53.639</b>	<b>-</b>
<b>Total em 30/06/2014</b>		<b>111.148</b>	<b>(47.496)</b>	<b>63.652</b>	<b>-</b>

b) Movimentação dos ativos imobilizados:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Saldo em 31/12/2014				
Aquisições			32.671	55.369
Depreciação			(3.893)	(6.088)
<b>Saldo em 30/06/2015</b>			<b>31.787</b>	<b>53.639</b>

15) INTANGÍVEL

a) Ágio:  
O ágio na aquisição de investimento totalizou a R\$ 116.449 (Consolidado R\$ 250.532), representado por expectativa de rentabilidade futura do investimento, que será amortizado linearmente em 10 anos ou quando de sua realização. Esse ágio está registrado nas demonstrações financeiras individuais em investimento e nas demonstrações financeiras consolidadas no intangível.  
No semestre encerrado em 30/06/2015, foram amortizados ágios no montante de R\$ 5.822 no Banco PAN e R\$ 12.526 no Consolidado.

b) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Saldo em 31/12/2014				
Aquisições			3.037	4.867
Depreciação			(28)	(509)
<b>Saldo em 30/06/2015</b>			<b>3.009</b>	<b>4.358</b>
<b>Total em 30/06/2014</b>			<b>3.009</b>	<b>4.358</b>

c) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
<b>Gastos com desenvolvimento e logísticos</b>				
Saldo em 31/12/2014				
Adições			12.257	12.257
Baixas			(105)	(105)
Amortização do período			(11.477)	(11.477)
<b>Saldo em 30/06/2015</b>			<b>35.335</b>	<b>35.337</b>
<b>Total em 30/06/2014</b>			<b>35.335</b>	<b>35.337</b>
<b>Gastos com desenvolvimento logísticos</b>				
Saldo em 31/12/2014				
Adições			12.259	12.259
Baixas			(108)	(108)
Amortização do período			(11.531)	(12.526)
<b>Saldo em 30/06/2015</b>			<b>36.461</b>	<b>177.460&lt;/</b>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Em milhares de reais, exceto quando informado)

**b) Diversas:**

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Cessão com retenção de riscos (1)	596.713	-	596.713	-
Valores a pagar a estabelecimentos referente a compras com cartões de crédito	593.385	530.352	593.385	530.352
Provisão para passivos contingentes (Nota 20b)	289.558	211.910	358.677	288.954
Provisão para pagamentos a efetuar	138.541	89.103	155.628	118.786
Arrecadação de cobrança	51.938	107.663	52.175	107.885
Valores a pagar a sociedades ligadas	39.242	16.788	14.601	8.811
Valores a pagar a lojistas	18.370	7.471	18.407	18.407
Provisão para créditos cedidos de liquidação duvidosa (Nota 8c)	5.372	52.909	5.372	52.909
Depósitos de terceiros	-	-	-	939
Valores específicos de consórcio	-	-	9.240	12.030
Outros	38.788	66.878	42.407	75.471
<b>Total</b>	<b>1.771.907</b>	<b>1.083.074</b>	<b>1.846.605</b>	<b>1.203.616</b>

(1) Referem-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito consignado com retenção substancial dos riscos e benefícios. (Nota 8f).

**22) PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS**

Empresa alienada em 29/12/2014, conforme mencionado na Nota 1. As provisões técnicas - seguros e resseguros apresentavam a seguinte composição:

**a) Provisões de prêmios não ganhos:**

	Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014
Prestamistas	112.526	-
Desemprego/perda de renda	7.289	-
Acidentes pessoais coletivos	2.269	-
Rendidas de eventos aleatórios	188	-
Seguro Habitacional - Prestamista	37	-
Vida em grupo	5	-
Seguro Habitacional - Demais coberturas	1	-
<b>Total</b>	<b>122.315</b>	<b>-</b>

**b) Sinistros a liquidar:**

	Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014
Prestamistas	3.810	-
Acidentes pessoais coletivos	2.978	-
Vida em grupo	2.225	-
Rendidas de eventos aleatórios	806	-
Desemprego/perda de renda	471	-
Seguro Habitacional - Prestamista	112	-
Seguro Habitacional - Demais Coberturas	-	-
Outros	18	-
<b>Subtotal (1)</b>	<b>10.420</b>	<b>-</b>
DPVAT	21.323	-
<b>Total</b>	<b>32.243</b>	<b>-</b>

(1) Do montante de R\$ 10.420, o valor de R\$ 5.974 refere-se a processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, com a seguinte classificação de risco:

	30/06/2014	
	Quantidade de processos	Valor Provisionado
Perda provável	254	5.974
<b>Total</b>	<b>254</b>	<b>5.974</b>

**c) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados:**

	Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014
DPVAT	30.580	-
Prestamistas	6.349	-
Vida em grupo	1.229	-
Acidentes pessoais coletivos	1.542	-
Desemprego/perda de renda	1.003	-
Rendidas de eventos aleatórios	620	-
Seguro Habitacional - Prestamista	250	-
Seguro Habitacional - Demais Coberturas	85	-
Resseguros	72	-
<b>Total</b>	<b>41.730</b>	<b>-</b>

**d) Provisão de despesa relacionada (1):**

	Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014
Vida em grupo	279	-
Acidentes pessoais coletivos	118	-
Rendidas de eventos aleatórios	126	-
Prestamista	88	-
Desemprego/Perda de renda	18	-
<b>Total</b>	<b>629</b>	<b>-</b>

(1) Conforme a Resolução CNSP nº 281 de Jan/2013, a PAN Seguros deverá constituir, quando necessário a Provisão de Despesa Relacionada (PDR) para a cobertura de despesas relacionadas a sinistros, como o pagamento de indenização ou benefícios.

**e) Outras provisões:**

	Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014
DPVAT	640	-
Outras Provisões Técnicas de Previdência Complementar	204	-
<b>Total</b>	<b>844</b>	<b>-</b>

**f) Receita de prêmios de seguros ganhos por ramo:**

	30/06/2015		30/06/2014	
	Ramo	Total	Ramo	Total
<b>Seguros de Pessoas</b>				
Danos pessoais (DPVAT)	27.344	27.344	4.353	4.353
Acidentes pessoais coletivos	3.383	3.383	55.088	55.088
Desemprego/perda de renda	405	405	72	72
Renda de eventos aleatórios	1.422	1.422	365	365
Vida em grupo	365	365	15	15
Seguro Habitacional - Prestamista	929.040.163	929.040.163	929.040.163	929.040.163
Seguro Habitacional - Demais coberturas	-	-	-	-
Microseguro	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>929.040.163</b>	<b>929.040.163</b>	<b>929.040.163</b>	<b>929.040.163</b>
<b>Seguros de Pessoas</b>				
DPVAT	24.104	24.104	88	88
Rendidas de eventos aleatórios	88	88	(74)	(74)
Desemprego/perda de renda	(74)	(74)	38	38
Acidentes pessoais coletivos	(459)	(459)	4.190	4.190
Resseguros	315	315	52	52
Vida em grupo	52	52	280	280
Prestamista	280	280	28.427	28.427
Seguro Habitacional - Prestamista	-	-	-	-
Seguro Habitacional - Demais coberturas	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>28.427</b>	<b>28.427</b>	<b>28.427</b>	<b>28.427</b>

(1) Resultado líquido da variação das provisões técnicas de prêmios.

**g) Sinistros ocorridos por ramo**

	30/06/2015		30/06/2014	
	Ramo	Total	Ramo	Total
<b>Seguros de Pessoas</b>				
DPVAT	24.104	24.104	88	88
Rendidas de eventos aleatórios	88	88	(74)	(74)
Desemprego/perda de renda	(74)	(74)	38	38
Acidentes pessoais coletivos	(459)	(459)	4.190	4.190
Resseguros	315	315	52	52
Vida em grupo	52	52	280	280
Prestamista	280	280	28.427	28.427
Seguro Habitacional - Prestamista	-	-	-	-
Seguro Habitacional - Demais coberturas	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>28.427</b>	<b>28.427</b>	<b>28.427</b>	<b>28.427</b>

**23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Composição do capital social em quantidade de ações:**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.460.732 em 30/06/2015 e de R\$ 2.867.020 em 30/06/2014. Encontra-se, dividido em ações nominativas escriturais e, sem valor nominal. Conforme descrito no quadro abaixo:

	30/06/2015		30/06/2014	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Total	535.029.747	394.010.416	292.463.400	242.612.675
<b>Total</b>	<b>535.029.747</b>	<b>394.010.416</b>	<b>292.463.400</b>	<b>242.612.675</b>

Em 13/06/2014, o Conselho de Administração do PAN aprovou aumento do capital social da Companhia dentro do limite do capital autorizado no valor total de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), ao preço de R\$ 3,38 por ação ordinária ou preferencial.

Após o prazo para exercício do direito de preferência e da realização do rato de sobras, o Conselho de Administração aprovou, em 24/08/2014, os números finais do referido aumento de capital. Dessa forma, foram subscritas 242.566.348 ações ordinárias e 151.397.741 ações preferenciais, totalizando o montante de R\$ 1.331.599, em que R\$ 593.712 foram destinados para a composição do capital social e R\$ 737.887, para a composição da Reserva de Capital. Em 29/08/2014, o BACEN homologou a operação.

Em 03/11/2014 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a absorção dos prejuízos acumulados apurados até 31/12/2013, no valor de R\$ 542.679, mediante utilização parcial do saldo da Reserva de Capital. A absorção aprovada foi referendada pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30/04/2015.

**b) Reservas de lucros:**

Reserva Legal - Nos termos do estatuto social do PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destinada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Liquida para Integridade do Patrimônio Líquido - tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que permanecer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

**c) Dividendos e juros sobre o capital próprio:**

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/01/2012, o percentual vigente no Estatuto Social da Companhia é de 35%.

Em reunião do Conselho de Administração de 09/02/2015, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio, a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2014, no valor bruto de R\$ 1.811, sendo R\$ 0,001949614 bruto por ação (R\$ 0,001657171 líquido de imposto de renda na fonte de 15%). O referido pagamento foi referendado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 30/04/2015 e foi efetuado na mesma data.

**24) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Operações de crédito	101.005	87.433	101.005	87.433
Rendidas de cartões	87.439	70.982	87.439	70.982
Rendidas de comissão / intermediação	23.265	-	23.265	5.307
Rendidas de serviços de cobrança	663	434	663	434
Administração de consórcios	-	-	8.235	4.439
Rendidas de estruturação de operações / fundos	-	-	20	885
Outras	1.643	6.267	5.843	6.449
<b>Total</b>	<b>214.015</b>	<b>165.116</b>	<b>226.470</b>	<b>175.929</b>

**25) DESPESAS DE PESSOAL**

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Proventos	96.785	68.550	160.851	131.117
Encargos Sociais	24.580	16.363	47.719	39.101
Benefícios	15.587	9.394	34.059	28.652
Honorários	8.402	5.550	17.192	8.200
Outros	1.494	1.660	1.691	2.917
<b>Total</b>	<b>146.848</b>	<b>101.517</b>	<b>261.512</b>	<b>209.987</b>

**26) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Contribuição às COFINS	68.674	42.813	82.037	61.815
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	10.123	7.908	17.132	15.341
Contribuição ao PIS	11.160	6.957	14.145	10.586
Impostos e taxas	2.920	1.209	6.974	4.475
<b>Total</b>	<b>92.877</b>	<b>58.787</b>	<b>120.288</b>	<b>92.217</b>

**28) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**

**a) Outras receitas operacionais:**

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Recuperação de encargos e despesas	25.613	4.757	28.349	5.396
Variação monetária ativa / cambial	24.483	14.981	16.084	13.411
Resultado residual em operações securitizadas	-	-	2.923	3.447
Reversão de provisões	610	-	8.220	652
Amortização do deságio - BCS	-	8.660	-	8.660
Outras	11.434	12.311	12.252	18.026
<b>Total</b>	<b>62.140</b>	<b>40.709</b>	<b>79.935</b>	<b>52.265</b>

**b) Outras despesas operacionais:**

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Cessão de operações de crédito	237.455	182.170	237.455	169.605
Constituição de provisões	88.796	62.772	145.519	93.386
Prejuízo com op. de crédito/financiamento e fraudes	26.448	20.873	26.628	20.888
Variação monetária passiva / cambial	187.491	97.097	188.372	105.564
Descontos concedidos	14.806	14.987	15.567	16.423
Amortização de ágio	5.822	5.822	12.526	12.526
Gravames	13.332	9.745	13.343	9.752
Outras	17.319	19.214	20.709	20.709
<b>Total</b>	<b>591.469</b>	<b>412.680</b>	<b>660.119</b>	<b>448.844</b>

**29) RESULTADO NÃO OPERACIONAL**

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Resultado na alienação de outros valores e bens	(26.350)	(43.025)	(30.344)	(44.146)
Reversão/desvalorização de outros valores e bens	2.015	14.743	5.308	15.566
Impairment de ativos não financeiros	-	-	(1.419)	-
Outros	51	41	89	275
<b>Total</b>	<b>(24.284)</b>	<b>(28.241)</b>	<b>(26.366)</b>	<b>(28.305)</b>

**30) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

**a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:**

Prazo máximo	Banco		Consolidado	
	30/06/2015 Ativo (passivo)	30/06/2014 Ativo (passivo)	30/06/2015 Receitas (despesas)	30/06/2014 Receitas (despesas)

**Aplicação interfinanceira de liquidez (a)**

Banco BTG
-----------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS  
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Remuneração dos Administradores:

No Banco PAN, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30/04/2015, o valor global máximo de remuneração dos administradores para o ano de 2015 no montante de R\$ 35.000 (R\$ 29.445 em 2014) (despesas de honorários). No Grupo PAN o valor para o ano 2015 é de R\$ 70.000 (R\$ 72.011 em 2014).

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Despesas de honorários	8.402	5.550	17.192	8.200
Contribuição ao INSS	1.891	1.249	3.868	1.845
<b>Total</b>	<b>10.293</b>	<b>6.799</b>	<b>21.060</b>	<b>10.045</b>

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamento para: I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

31 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

• Gestão de Riscos

O Banco PAN possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco PAN é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

• Gestão do Capital

O Banco PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos, e abrange todas as empresas do Conglomerado Financeiro do grupo.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de (i) monitoramento e controle do capital; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos da Instituição; e (iii) planejamento de metas e necessidade de capital. É realizado de acordo com os objetivos estratégicos do Banco PAN, as oportunidades de negócios e o ambiente regulatório.

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderentes às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

O PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

O quadro a seguir apresenta os indicadores de capital que devem ser observados e o Patrimônio de Referência (PR). Ressalta-se que, de Out/13 a Dez/14, o capital foi calculado com base somente no Conglomerado Financeiro e, a partir de Jan/15, com base no Conglomerado Prudencial. Demonstra-se a seguir o cálculo dos Indicadores de Capital do Conglomerado Financeiro (30/06/2014) e do Conglomerado Prudencial (30/06/2015).

	30/06/2015	30/06/2014
Patrimônio de referência nível I	2.376.249	1.157.389
Capital Principal	2.376.249	1.157.389
Patrimônio de referência nível II	914.152	1.046.163
<b>Patrimônio de referência para comparação com o RWA</b>	<b>3.290.401</b>	<b>2.203.552</b>
Patrimônio de referência	3.290.401	2.203.552
- Risco de crédito	18.538.301	17.368.886
- Risco de mercado	727.525	171.738
- Risco operacional	705.033	1.623.068
<b>Ativo ponderado pelo risco - RWA</b>	<b>19.970.859</b>	<b>19.163.692</b>
<b>Índice de Basileia</b>	<b>16,48%</b>	<b>11,50%</b>
<b>Capital nível I</b>	<b>11,90%</b>	<b>6,04%</b>
<b>Capital principal</b>	<b>11,90%</b>	<b>6,04%</b>

• Risco de Crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela instituição.

• Risco de Mercado

Refere-se à possibilidade de perdas associadas ao oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e variação spot, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

**Carteira Trading:** consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e

**Carteira Banking:** todas as operações não classificadas na carteira trading. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização e seus eventuais hedges.

Análise de Sensibilidade em 30/06/2015

Fatores de Risco	Carteira Trading e Banking Exposições sujeitas à variação:		
	(1) Provável	(2) Possível	(3) Remoto
Taxas de Juros	(1.453)	(482.218)	(960.942)
Cupom Outros Taxas de Juros	(232)	(68.454)	(108.561)
Cupom de Índice de Preços	(144)	(23.953)	(49.586)
Moeda Estrangeira	(179)	(4.483)	(8.967)
Cupom Cambial	(21)	(2.118)	(4.035)
<b>Total em 30/06/2015</b>	<b>(2.029)</b>	<b>(571.226)</b>	<b>(1.132.091)</b>
<b>Total em 30/06/2014</b>	<b>(3.589)</b>	<b>(599.532)</b>	<b>(1.206.871)</b>

(\*) Valores brutos de impostos.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de junho de 2015, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

**Cenário 1:** Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

**Cenário 2:** Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 10% sobre o preço vigente.

**Cenário 3:** Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de stress, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 30/06/2015 e 30/06/2014.

	30/06/2015	30/06/2014
Ativos - Dólar		
Operações de crédito (ACC/CCE)	775.597	696.887
Outros Recebíveis	26.896	24.441
<b>Total Ativos</b>	<b>802.493</b>	<b>721.328</b>
Passivos - Dólar		
Dívida subordinada	1.731.309	1.180.406
Obrigações por títulos e valores mobiliários no Exterior	916.074	652.941
Obrigações por empréstimos no Exterior	62.127	223.079
<b>Total Passivos</b>	<b>2.709.510</b>	<b>2.056.426</b>

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de hedge com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 30/06/2015 e 30/06/2014, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência		Valor de Mercado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Ativos - Dólar				
Swap	1.622.654	1.622.112	2.983.134	2.367.148
DDI	52.872	158.581	52.872	492
DOL	15.681	-	15.681	-
<b>Total</b>	<b>1.691.207</b>	<b>1.780.693</b>	<b>3.051.687</b>	<b>2.367.640</b>
Passivos - Dólar				
Swap	43.016	18.834	48.652	12.289
DDI	595.955	571.369	595.955	(3.113)
DOL	238.541	135.104	238.541	(131)
NDF	13.153	-	16.026	-
<b>Total</b>	<b>890.665</b>	<b>725.307</b>	<b>899.175</b>	<b>9.045</b>

• Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e nº 4.090/12). Os resultados das análises dos gaps de Liquidez são apresentados exclusivamente no Comitê de Tesouraria.

• Risco Operacional

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

De forma a atender aos princípios da Resolução CMN nº 2.554/98 e o Inciso III do art. 9º da Resolução CMN nº 3.380/06, o Conglomerado possui estrutura organizacional independente e responsável pelo gerenciamento e controle dos riscos operacionais. A área de Controlador, Compliance e Risco Operacional é responsável também pelas atividades de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Continuidade dos Negócios.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site [www.bancopan.com.br/ri](http://www.bancopan.com.br/ri) Relatório de Gerenciamento de Riscos.

• Valor de Mercado

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Item	Consolidado			30/06/2014		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>1.423.611</b>	<b>1.409.414</b>	<b>(14.197)</b>	<b>1.614.553</b>	<b>1.609.323</b>	<b>(5.230)</b>
- Ajuste de títulos para negociação	26.650	26.650	-	152.527	152.527	-
- Ajuste de títulos disponíveis para venda	1.036.310	1.036.310	-	974.712	974.712	-
- Ajuste de títulos mantidos até o vencimento	360.651	346.454	(14.197)	487.314	482.084	(5.230)
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	18.148.296	19.608.708	1.457.782	15.836.656	16.440.132	603.476
Depósitos a prazo	3.092.703	4.195.798	1.103.095	2.750.537	2.936.938	176.401
Depósitos interfinanceiros	8.426.082	8.428.567	(2.485)	8.431.308	8.255.050	(182.588)
Recursos de emissão de títulos	5.213.411	5.169.550	(43.861)	4.876.439	4.441.961	(434.478)
Obrigações por empréstimos	164.057	67.221	(96.836)	324.718	336.731	(12.013)
Dívidas subordinadas	1.875.530	1.871.657	(3.873)	1.305.677	1.674.860	(369.183)
<b>Ducro não realizado sem efeitos fiscais</b>			<b>482.575</b>			<b>641.385</b>

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas, Instrumentos Financeiros Derivativos, tem seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação à modelo ou por instrumentos equivalentes; - Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço; - Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

32) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 04/05/2015, a PREEV aprovou a retirada de patrocínio do Banco PAN no Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, devido ao fato do Banco não fazer mais parte do mesmo grupo econômico das empresas que compõem o Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, e também por não fazer parte da política/plano de benefícios adotado pela instituição. No semestre findo em 30/06/2015, o montante da contribuição foi de R\$ 223 no Banco PAN e R\$ 230 no Consolidado (R\$ 283 no Banco PAN e R\$ 295 no Consolidado no período de 30/06/2014). Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição; e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totalizou no semestre findo em 30/06/2015 a R\$ 15.889 no Banco PAN e R\$ 16.488 no Consolidado.

33) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
(88.432)	(262.112)	(109.733)	(248.710)	
Alíquota efetiva (1)	40%	40%	-	-
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (2)	35.372	104.845	40.581	96.603
<b>Efeito no cálculo dos tributos:</b>				
- Crédito tributário de períodos anteriores não constituídos	-	-	-	(3)
- Participação em controladas	(15.987)	3.974	-	-
- Outros valores	(872)	1.113	(768)	3.121
<b>Receta de imposto de renda e contribuição social do período</b>	<b>18.513</b>	<b>109.932</b>	<b>39.813</b>	<b>99.721</b>

(1) No consolidado a alíquota efetiva não é demonstrada em virtude de alíquota diferenciada entre as empresas do segmento financeiro e demais segmentos; e (2) A alíquota da contribuição social para as empresas dos segmentos financeiros e de seguros foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08, permanecendo em 9% para as demais empresas (Nota 3n).

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldo em 31/12/2014	Banco			Saldo em 30/06/2015
	Constituição	Realização	30/06/2014	
1.038.364	42.845	(94.586)	986.623	
66.815	24.819	(19.055)	72.579	
27.896	18.407	(4.505)	41.798	
1.269	182	(5)	1.446	
12.728	30.158	(28.247)	14.639	
25.393	38.530	(25.452)	38.471	
67.878	43.095	(6.456)	94.518	
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>1.230.343</b>	<b>198.306</b>	<b>(178.306)</b>	<b>1.250.074</b>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	2.278.282	-	(407)	2.277.875
<b>Total créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas</b>	<b>1.208.625</b>	<b>198.306</b>	<b>(178.713)</b>	<b>1.222.949</b>

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Provisão para contingências cíveis

Provisão para contingências trabalhistas

Provisão para contingências tributárias

Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio

Ajuste de marcação a mercado de derivativos

Outras provisões

**Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias**

Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

**Total créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas**

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Provisão para contingências cíveis

Provisão para contingências trabalhistas

Provisão para contingências tributárias

Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio

Ajuste de marcação a mercado de derivativos

Outras provisões

**Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias**

Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

**Total créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas**

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Provisão para contingências cíveis

Provisão para contingências trabalhistas

Provisão para contingências tributárias

Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio

Ajuste de marcação a mercado de derivativos

Outras provisões